

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CPI DO CORREIOS
SENADOR DELCIDIO AMARAL**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR,

VENHO PEDIR A APURAÇÃO DOS FATOS GRAVES ANEXOS ONDE UM SENADOR FEDERAL SENHOR PAULO OTÁVIO, SE APROPRIOU DE RECURSOS DA FUNCEF PARA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS EM BRASÍLIA. ISTO É UMA VERGONHA, ENQUANTO APOSETANDOS DA CAIXA TEM QUE PROCURAR A JUSTIÇA PARA RECEBEREM SEUS DIREITOS , SENADORES DA REPÚBLICA DESVIAM DINHEIRO DA FUNDAÇÃO.

COMO PODEM FAZER TANTAS FALCATRUAS COM O DINHEIRO DA FUNCEF E ESTAREM GOZANDO A VIDA COM A FORTUNA DESVIADA E NÓS APOSETADOS RECEBENDO ESSE SALÁRIO MISERÁVEL.

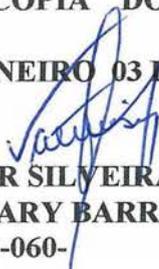
O POVO BRASILEIRO TEM QUE SABER DAS FALCATRUAS PRATICADAS CONTRA OS FUNDOS DE PENSÃO, ENQUANTO A MISÉRIA AUMENTA E OS APOSETADOS TEM QUE FAZER BISCATES PARA VIVEREM.

SOU APOSETADO POR CARDIPATIA GRAVE E ESTOU EM TRATAMENTO MÉDICO PSIQUIATRICO POR CULPA DOS GOVERNOS BRASILEIROS, QUE REDEUZIRAM TOTALMENTE MEU SALÁRIO, APÓS ANOS DE TRABALHO PARA O PAÍS. A JUSTIÇA É MUITO LENTA POR ISSO ELES COMETEM FALCATRUAS COM OS FUNDOS DE PENSÃO. QUEM NOMEIA DESDE 2002 NA CAIXA ECONÔMICA É O PT, QUE NADA MUDOU DA ÉPOCA DO PSDB. NADA MUDA E AS FALCATRUAS CONTINUAM E AUMENTAM A CADA DIA.

PEÇO PROVIDENCIAS URGENTES PARA APURAR AS FALCATRUAS NOS FUNDOS DE PENSÃO, ESPECIALMENTE O DA FUNCEF QUE DESVIOU DOS ASSOCIADOS MILHÕES DE REAIS.

ANEXO CÓPIA DO PROCESSO AO JUIZ E DAS DENUNCIAS DA REVISTA.

RIO DE JANEIRO 03 DE AGOSTO DE 2005.


**VALTENSIR SILVEIRA DA SILVA
LADEIRA ARY BARROSO 19/201- CHAPÉU MANGUEIRA
CEP 22.010-060-**

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: _____
3584
Doc: _____

Senhor Juiz de direito da 60^o Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
Rua do Lavradio 132 Centro/ Rio de Janeiro
Cep 20230-070
Referente aos processos contra a FUNCEF

Senhor Juiz,

Valtensir Silveira da Silva, brasileiro, aposentado por cardiopatia grave, RG 2.238002-6 -IFP/RJ, CPF 214 974607-78, residente na Ladeira Ary Barroso 19/201- Leme/RJ, cep 22010-060 , vem informar a vossa excelência que a ré FUNCEF vem usando do expediente de não comparecer as audiências para protelar a decisão final da referida ação em todos processos que correm na justiça sobre o mesmo fato. Milhares foram lesados pela FUNCEF pois a mesma não repassava o aumento dos aposentados recebidos do INSS. Isto é uma vergonha.

Enquanto isso a FUNCEF aplica os valores em diversos empreendimentos e aplicações, a saber dez milhões de reais no banco Santos , outros milhões nos parques temáticos West n Wind em Salvador/Ba e Rio de Janeiro dentre outros.

Na revista "ISTO É" de maio de 2005 sob o n. 1858, foi publicada matéria da qual envio cópia do "golpe do Senador" onde o Senador Paulo Octávio construiu com o dinheiro da FUNCEF empreendimentos em Brasília no valor de cento e sessenta milhões de reais, em verdadeiro golpe ao erário da FUNCEF e enriquecimento de empreiteiras e servidores. Os procuradores da república que analisaram o caso pediram na justiça em medida cautelar a indisponibilidade dos bens dos réus até o valor de duzentos e quarenta milhões de reais .

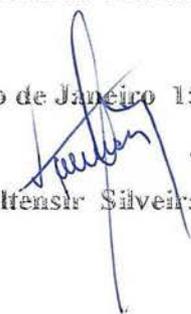
Milhões e milhões em fraudes praticadas pelos dirigentes da FUNCEF em conluio com Senador da República, empreiteiras e servidores públicos e enquanto isto os pobres coitados que acionam o judiciário para receberem seus valores devidos, são tratados com lixo e a FUNCEF usa o artifício de não comparecer ao judiciário.

Eu no final de minha vida, aposentado por cardiopatia grave tenho que aguardar anos e anos para receber um direito, parece que a justiça brasileira só garantirá meus direitos quando estiver enterrado. Estou sob tratamento no IPUB em depressão por falta de dinheiro para meu sustento e compra de remédios, tendo que no fim da minha vida viver de favores de amigos e familiares, enquanto vejo meu dinheiro sendo roubado por esses marginais nomeados pelo Presidente da República para dilapidarem os nossos recurso. Como eu milhares de velhos aposentados que trabalhavam na CEF estão a espera da decisão da justiça para que possamos com dignidade pelo menos pagar nossos enterros .

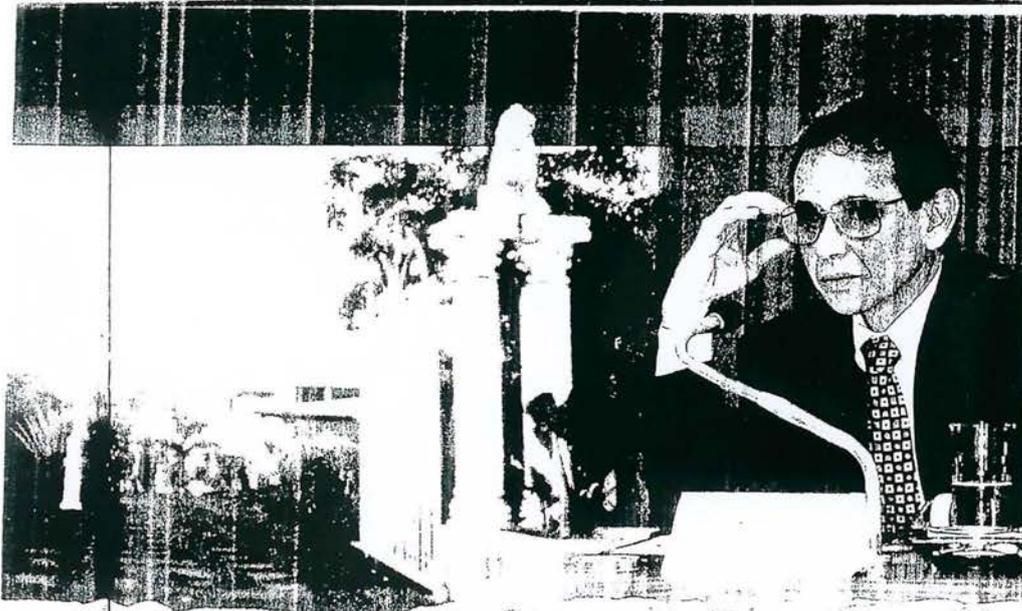
RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS 0752
Fls: _____
Doc: 3584

Peço a Vossa excelência que nos ajude a fazer com a que FUNCEF pague os nossos direitos e aqueles que o dilapidaram vão para a cadeia onde é o lugar deles para que possamos ter o mínimo de dignidade no final de nossa vidas e que DEUS abençoe a a todos da justiça. Estou mandando cópia para todas as varas da justiça para que os magistrados saibam as falcatruas praticadas pelo presidente e diretores da FUNCEF, todos nomeados pelo Partido dos Trabalhadores, Deputado Jorge Bittar e a ex- Prefeita Marta Suplicy para dilapidarem nossos recursos.

Rio de Janeiro 15 DE JULHO DE 2005.


Valtensir Silveira da Silva

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS 0753
Fls: _____
3584
Doc: _____



ROBERTO JAYME

Paulo Octávio também é acusado de aplicar um golpe na Receita Federal que lhe possibilitou deixar de recolher sua parte de imposto no fundo, previsto no artigo 2º da Lei nº 9.779 de janeiro de 1999. Segundo a lei, os detentores de mais de 25% das cotas de fundos imobiliários são obrigados a recolher 20% sobre os lucros do empreendimento. Os auditores afirmam que, para não ser obrigado a pagar o imposto, o senador, tão logo a lei entrou em vigor, passou 1% das cotas para o seu empregado Sebastião Luís Ferreira Sobrinho. Com um patrimônio de cerca de R\$ 90 mil, Sebastião entrou no quadro societário após simular ter contraído um empréstimo com o próprio Paulo Octávio. Os auditores descobriram que tão logo recebia os dividendos do fundo, Sebastião os repassava integralmente para a conta de Paulo Octávio na CEF. Falando em nome de Paulo Octávio, o superintendente da construtora, Marcelo Carvalho, negou irregularidades e disse que o senador não teve participação alguma no projeto. ■

seu
para
dos
que
tem
des.
re-
rias
me:
co-
mi-

biliário, a distribuidora Mercúrio DTVM forneceu informações falsas a CVM. Em vez de dizer ao órgão que as cotas do fundo já estavam definidas entre os três cotistas, a distribuidora informou, por exemplo, que elas seriam vendidas aleatoriamente no mercado de balcão, sem a distinção dos investidores.

O relatório revela que a Paulo Octávio ganhou dinheiro, sem aplicar recursos, de duas formas: cancelando a inte-

gralização de capitais nas assembleias de cotistas e contratando por meio da Mercúrio suas próprias empresas para realizar as obras a custos elevados. Os documentos mostram que os contratos e as obras não concluídas causaram um prejuízo de R\$ 31,2 milhões (R\$ 55 milhões em valores atualizados). Desse montante estão contabilizadas uma creche e uma escola, avaliadas em R\$ 1,2 milhão, que nunca saíram do papel.

não
que-
bae-
de
ran-
erno
lá o
lade.
itada
tere-
o dos
teida
o se-
Fun-
Nor-
lo, a
storia
1997,
CBO
is na

O segredo da saúde está na sua cabeça.



Este mês, a revista Planeta analisa a fundo o avanço da psicomedicina, o sistema terapêutico que está revolucionando a arte de curar. E mais: confira as belezas de uma cidade no meio do deserto indiano, a ameaça atômica que ainda paira sobre o mundo e as fascinantes imagens da natureza reveladas por um poderoso microscópio. Passe na banca e viaje pelo lado mais interessante do mundo. Leia Planeta.



Planeta
Conheça o mundo, descubra você.



Fls:

3584

Doc:

PAULO
CARUSO
apresenta.

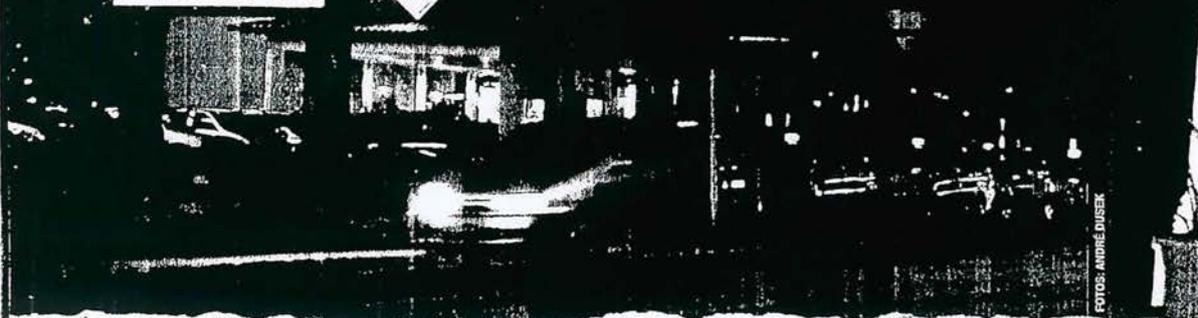


BRASIL

PORÇÃO



GRANDEZA Fernando de Almeida, ex-presidente do Funcef, exterioriza riqueza nos luminosos de seus restaurantes e com a construção da réplica da "Casa Branca" na fazenda em Minas



FOTOS: ANDRÉ DUSEK

cialmente R\$ 61,2 milhões num prazo de 36 meses. Mas, com a conivência dos ex-diretores da Funcef, a construtora mudou várias vezes as regras do jogo nas assembléias de cotistas, evitando esse aporte de recursos. Um agravante para Paulo Octávio foi ter assinado, apesar de já estar exercendo na época o mandato de deputado federal, ata de uma assembléia do fundo como representante da empreiteira. Quando se está exercendo cargo público, a Constituição e o Código de Ética do Congresso não permitem que parlamentares tenham poder de decisão das suas empresas.

Com as manobras e um desembolso

lizados) com a venda de 11 terrenos para a construção do condomínio. Para os auditores, os prejuízos foram causados porque o contrato de venda dos terrenos do fundo de pensão foi alterado para beneficiar as duas empreiteiras.

A devassa na CEF atinge também 30 empreendimentos da Funcef construídos durante o governo Fernando Henrique. Os auditores estimam que o fundo levou um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão. Além do megaprojeto da Asa Norte, duas outras parcerias imobiliárias da Funcef com a empreiteira do senador – a construção do Brasília Shopping e do hotel Blue Tree Brasília – estão sob a mira dos

depois do início do patrimônio saltou para R\$ 5 milhões. O por ISTOÉ em Fernando Almeida, após a venda do patrimônio de R\$ 1,2 bilhão, incluindo 13 propriedades, a aquisição de Abaeté, em Porção, de Brasília, com empresas de construção de cobertura de luxo, e o lançamento do Alhão na Praça de

De bem com o dinheiro, tem preocupação. Em uma de suas reuniões, Almeida co-

Paulo Octávio também é acusado de fazer manobras para não pagar impostos sobre o que faturou

de apenas R\$ 11,5 milhões no fundo, obtidos com a venda antecipada dos imóveis, a construtora conseguiu faturar R\$ 113 milhões e receber R\$ 47,5 milhões de lucros como cotista e a título de integralização de cotas. **"Ficou comprovado que os significativos lucros auferidos pela Paulo Octávio foram decorrentes de favorecimentos explícitos, concebidos pelos representantes da Funcef e pela administradora, sem a observância da legislação aplicável aos fundos de investimentos"**, diz o relatório.

Segundo o documento, a mesma sorte não teve a Funcef. Apesar de ter investido R\$ 6 milhões, o fundo amargou um prejuízo de R\$ 15 milhões (valores atuais)

auditores da Caixa e do MP. A estimativa inicial é de que o fundo de pensão levou um rombo de R\$ 100 milhões ao investir nesses dois empreendimentos em parceria com a construtora do senador.

Sinais de riqueza – No longo prazo, esse rombo pode comprometer as aposentadorias dos servidores, que recolhem mensalmente uma taxa de contribuição à Funcef. Mas de jeito nenhum prejudicará as dos diretores do fundo que tocaram o empreendimento Superquadra 311 Norte com o senador. Responsável pela aprovação do projeto, o ex-presidente da Funcef José Fernando de Almeida enriqueceu da noite para o dia. Três anos

to e palmeiras. Os auditores da Caixa e do MP, desde o início do mandato do senador Paulo Octávio, do Imobiliário, apontaram que o servidor recebeu uma proposta inicial da Funcef no valor de R\$ 1,2 bilhão, que previa uma participação de 10% na construção do empreendimento.

Para os auditores, a venda do imóvel por Almeida e o início do funcionamento do empreendimento foram tratadas pela administração do fundo de pensão para admi-

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0755
Fls: _____
3584 - 3 2
Doc: _____



Parte da receita da venda deste exemplar será revertida para o projeto Floresta do Futuro ISTOÉ, da Fundação SOS Mata Atlântica

www.istoecom.br



The Directors
Cableinvest Limit
Lord Coutanche Ho
66-68 Esplanade
St. Helier
Jersey
Channel Islands

25 DE MAIO/2005 Nº 1858

EXEMPLAR DE
ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

ISTO É

AS CONTAS SECRETAS DA IGREJA UNIVERSAL

Documentos inéditos mostram como é desviado o dinheiro do dízimo e apontam o senador Marcelo Crivella (PFL-RJ) como o operador de empresas offshore nas Ilhas Cayman

ARBITRAJE DE CAMBIO

COMPRA	CANTIDAD	CAMBIO	MONEDA NACIONAL
MONEDA Dolares	US 250.000.-	5520 3.195	798.750.000.-

Correspondent: Cableinvest Ltda.

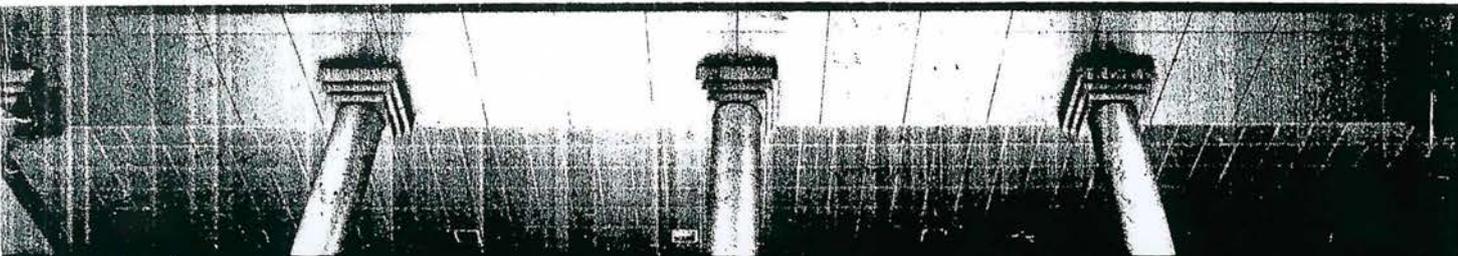
RQS nº 03/2005 - CN - CPM - CORREIOS

Fls:
MARCELO BEZERRA CRIVELLA

Doc:

Universal

Jesus Cristo é o Senhor



LYGIA FAGUNDES TELLES

A escritora brasileira vencedora do cobiçado Prêmio Camões fala a ISTOÉ sobre solidão, Bush, Paulo Coelho e de seu horror à vulgaridade

CÂNCER

Congresso nos EUA apresenta novos remédios para tratar a doença e novidades na forma de cuidar daqueles que a superaram

ROMBO DE R\$ 160 MILHÕES

Ministério Público acusa senador Paulo Octávio (PFL-DF) e ex-diretores tucanos de causar megaprejuízo ao fundo de pensão dos funcionários da Caixa

0756
3584
Doc:

O GOLPE DO SENADOR

AMAURY RIBEIRO JR.

O empresário e senador Paulo Octávio (PFL-DF), apontado como um dos maiores construtores da região Centro-Oeste, é alvo de um relatório de auditores da Caixa Econômica Federal (CEF) a pedido dos procuradores e do serviço de inteligência do Ministério Público Federal. Os auditores o acusam de ter se apropriado indevidamente de R\$ 160 milhões de um megaprojeto que construiu com recursos da Funcef — o fundo de pensão dos servidores da CEF: cerca de 700 aparta-

mentos na Superquadra 311 Norte em Brasília. Os procuradores no Distrito Federal Carlos Henrique Martins e Lauro Cardoso Pinto ajuizaram na Justiça, na sexta-feira 20, uma ação de improbidade administrativa contra ele e toda a antiga diretoria da Funcef. Solicitaram ainda por meio de medida cautelar a indisponibilidade dos bens de Paulo Octávio. Nesta semana, encaminham o relatório ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, que deve oferecer denúncia contra o senador ao Supremo Tribunal Federal por crime tributário e contra o sistema financeiro.

As investigações estão em cima de uma espécie de fundo de investimento imobiliário, criado pela Funcef em 1998 em sociedade com as construtoras Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. e Conbral S.A. para construir e administrar o empreendimento sob a fiscalização da Comissão de Valores Imobiliários (CVM). O relatório mostra que a construtora do senador realizou um milagre da multiplicação: recebeu R\$ 160 milhões, investindo muito menos do que deveria. De acordo com o relatório a Paulo Octávio, detentora de 60% das cotas do fundo, deveria integralizar ini-

Processo nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. 0757
3386
Doc. 2

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

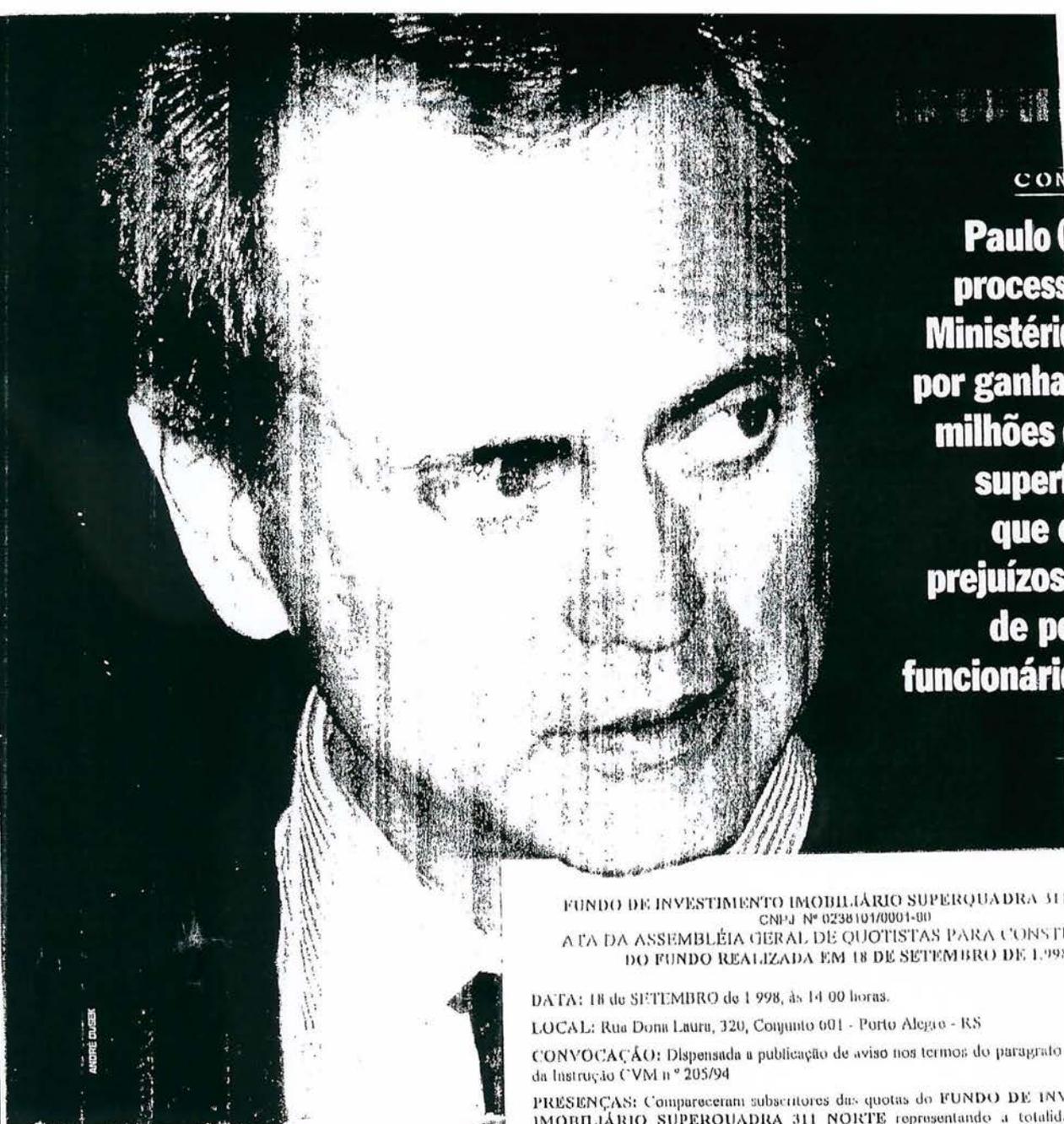
Somente com Obras, Projetos, Corretagem pela comercialização dos apartamentos, Publicidade e Marketing e Administração da Carteira de Clientes, a Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. faturou, em valores atualizados para novembro de 2004, o quanto de R\$ 111,5 milhões e, ainda, recebeu lucros como quotista na ordem de R\$ 43,1 milhões. Além disso, lhes foram restituídos R\$ 4,5 milhões dos valores pagos a título de integralização de quotas, perfazendo um faturamento total aproximado de R\$ 160 milhões, sendo necessário registrar ainda, que a referida empresa tem a receber mais de R\$ 10 milhões sobre as vendas dos apartamentos em estoque e o saldo da carteira de recebíveis.

Diante dos fatos apresentados nesta Nota Técnica, ficou comprovado que os significativos lucros auferidos pela Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. foram decorrentes de favorecimentos explícitos, concedidos pelos representantes da FUNCEF e pela Administradora, sem a observância da legislação aplicável aos Fundos de Investimento Imobiliário.

Relatório aponta que lucro indevido de senador só foi possível com a ajuda de funcionários da Funcef

PAULO CARUSO apresenta

CON
Paulo C
process
Ministério
por ganhar
milhões
superf
que
prejuízos
de pe
funcionário



ANDRÉ D'AZEVEDO

**Impedido de responder
pela empresa por ser
deputado federal,
parlamentar assinou
ata de assembleia**

FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO SUPERQUADRA 311
CNPJ Nº 0238101/0001-00
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS PARA CONSTITUIÇÃO
DO FUNDO REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1998

DATA: 18 de SETEMBRO de 1998, às 14 00 horas.
LOCAL: Rua Dona Laura, 320, Conjunto 001 - Porto Alegre - RS
CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de aviso nos termos do parágrafo da Instrução CVM nº 205/94
PRESENCAS: Compareceram subscritores das quotas do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO SUPERQUADRA 311 NORTE representando a totalidade das quotas emitidas conforme assinaturas na Lista de Presença e nos Boletins de Subscrição
COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente Sr Paulo Octavio Alves Pereira, Leônidas Zelmanovitz

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: 1) Constituição do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO SUPERQUADRA 311 NORTE; 2) Deliberar sobre a alteração do Parágrafo 1º, do Artigo 8º do Regulamento do Fundo; 3) Ratificação da DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (COM) constituída pelo Fundo; e, 4) Aprovar o projeto de REGULAMENTO DE OPERAÇÕES DO FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO SUPERQUADRA 311 NORTE.

introduzida nesta Assembleia. A INSTAÇÃO ADMINISTRADORA deverá providenciar a competente consolidação do Regulamento

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de livro e assinada por todos os presentes que, achando-a conforme, publicaram com omissa das assinaturas. Cópia fiel do livro próprio

Paulo Octávio Alves Pereira
PRESIDENTE

DOC: 3584
Leônidas Zelmanovitz
SECRETÁRIO

Maracutaia leva ex-dirigentes da Funcef ao banco dos réus

As denúncias envolvendo a Paulo Octávio Empreendimentos Imobiliários vieram à tona através da mídia impressa e eletrônica. A emenda foi pior que o soneto: a participação da Funcef na qualidade de quotista em transações de empreendimentos imobiliários levou pânico aos assistidos do fundo de pensão. O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil de Responsabilidade por Ato Improbidade Administrativa contra 39 pessoas, entre físicas e jurídicas, inclusive ex-dirigentes da Fundação, que está na negociata na condição de quotista, no Fundo de Investimento Imobiliário, instituído para construção da SQN 311.

Este fundo tem ainda como quotista, com 60%, Paulo Octavio Investimento Imobiliário Ltda, e CBP - Participações e Empréstimos Ltda., com 20%. Segundo os procuradores da República, Carlos Henrique Martins Lima e Lauro Pinto Cardoso Neto, autores da ação, foram apurados inúmeras manobras de quotistas — comprovadas por auditoria — que por objetivo fraudar o fundo em detrimento da Funcef. A estratégia da maracutaia era de proporcionar ganhos para os construtores quotistas em prejuízos imprevisíveis à Funcef e por conseguinte aos 70 mil assistidos da Fundação. Os procuradores requerem medida cautelar, indisponibilidade dos bens dos réus até o valor de R\$ 240 milhões.

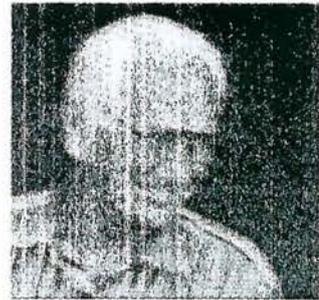
Ministério Público denuncia 39 envolvidos

Eis a relação dos indiciados: José Fernando de Almeida (diretor-presidente da Funcef); Jorge Lúcio Andrade de Castro (diretor da Funcef); José Carlos Barbosa de Moraes (diretor-Financeiro da Funcef); José Maurílio Lobato de castro; Sérgio Nunes da Silva; Zaqueu Soares Ribeiro; Leônidas Zelmanovitz; Eduardo Zelmanovitz; Luís Cláudio Garcia de Souza; Gustavo Henrique Barros franco; Luciano Lewandowski; Jorge Carlos Nunes; Eduardo Alves Moura; Antônio Vicente Austregésilo de Athayde; Luiz Eugênio Junqueira Figueiredo; Alexandre Rhinow; Paulo Octávio Alves Pereira (presidente da Paulo Octavio Investimentos Imobiliários); João Carlos de Almeida (superintendente da Paulo Octávio Investimentos Imobiliários); José Ernesto Duarte de Almeida (representante da Paulo Octávio Investimentos Imobiliários); Ennius Marcos de Moraes Muniz (diretor-presidente da Conbral S/A); Dorival Marcelo Ribeiro (diretor da Construtora RV Ltda); Teresa Cristina Ribeiro; Sílvio Carlos Pimenta Jaguaribe; Nilor de Souza Mendes; Pedro Paulo Marcondes de Santi; Luís Carlos Cazetta; Edo Antônio Ferreira de Freitas; Edmar da Costa Barros Júnior; Cleison de Barros Cunha; Andréa Carvalho da Costa Diniz; Humberto José Teófilo Magalhães; Paulo Eduardo Cabral Furtado; Thales José Salomão B. Souza; Itamar Jardim Júnior (gerente da Gerência de Controladoria da Funcef); Paulo Octávio Investimentos imobiliários Ltda; Conbral S.A – Construtora Brasília; Progere – Projetos e Gerenciamento de Engenharia Ltda; Rio Bravo Investimentos S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; e Construtora RV Ltda.

Paulo Octávio foge de resposta a assistido da Funcef

O assistido da Funcef Francisco de Assis Furtado acessou o site do quotista majoritário com 60% do empreendimento Complexo Ilha do Lago, Paulo Octávio, enviando-lhe a seguinte mensagem piçante: “Ação Civil de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa, movida pelo MPF do Distrito Federal. Estou interessado é nesse processo. Associado da Funcef.” Eis a resposta curta e lacônica do envolvido na falcatura: “Recebemos sua mensagem e estaremos respondendo em breve”. Resta saber se na cadeia terá computador. Será?

PPPs: as muitas dúvidas



Durante Se Privadas (PPPs) Indústrias do R Fena e repres Gabrielense G diretor do Cen Geraldo Langu dos fundos d calar os assist não exclui os

de participar deste segmento, e permite apenas e fundos aberto?”

As respostas do ex-ministro da Fazenda, J os assistidos dos fundos de pensão.

APACEF/RJ man com Coop

No final do mês de março, todo associad Cooperativa, um credito especial, corresp 2004. O valor depositado foi proporcional a Cooperforte no passado.

A distribuição das sobras não é apenas dos, anualmente, mas a própria material associado ao mesmo tempo coopera e se b no compromisso de atender as necessidad

O valor humano do cooperativismo é in solidariedade e ajuda mútua. Sua grandios dem ser medidas pelo número de pessoas planeta, dos quais 6 milhões em nosso pa

Os 70 mil associados da Cooperforte re ros ligados ao cooperativismo de credito. cer mais e beneficiar mais pessoas. Por iss produtos e serviços, para que, a cada an sobras – sejam ainda mais expressivos. Sã ciados que fazem da Cooperforte a mais c

A Cooperforte

No Rio de Janeiro, a Cooperforte poss Av. Nilo Pecanha 50 – sala 1612 – Edifício FLS: 3584 - 2. Para saber mais sobre a C nios que a Cooperativa oferece www.cooperforte.org.br ou ligar 0800.701.

3584 : 2.
Doc:

EXPEDIENTE

Jornal da Associação de Aposentados e Pensionistas da CEF, no Rio de Janeiro (APACEF/RJ) – Av. Almirante Barroso, 06 – Gr. 403/41 Tel./Fax: (21) 2262-5177 / 2220-8137 – e-mail: apacef.presidencia@veloxmail.com.br A APACEF/RJ é filiada à Fena (Federação Nacional de (Federação Nacional dos Aposentados da CEF) **Diretoria da APACEF/RJ** – Diretor Presidente: Olívio Gomes Vieira, 1º. Vice-Presidente: Wal Severino Francisco Caldas, Diretor Administrativo: Jorge Pereira Borges, 2º. Vice-Diretor Administrativo: Lécio Heitor R.P. Leite, Diretor Financ Financeiro: Rubem de Assis, Diretor de Assistência: Onelso Bruno, 1º. Vice-Diretor Assistencial: Ubirajara Manhães, Diretor Social Cultura: M Diretor Social Cultural: Elineide Alcântara Coragem, **Assessores Especiais da Presidência:** José Fernando Pessoa de Almeida, Aurora da Silv **Deliberativo** – Presidente: José Maria de Carvalho Junior, Vice-Presidente: Maria Luiza Rosso Tenório Wanderley, Secretaria: Dayse Reis Coel Hécio José D. França, Albino de Amorim Leite, Sylvio Cordeiro Hildebrant, Marly Ferreira de Mattos, Clélia Guimarães Martins, Rogério Ferrei Vieira Jacques, César Lima dos Santos, Walter da Silva, Waldemar Ricardo de Oliveira, José Maria R. de Oliveira, **Suplentes:** Rosalina Gomes S de Paula, José Nelson Simões, Maurício Baptista, **Conselho Fiscal:** Presidente: Adyr Machado da Silva, Secretário: Paulo Roberto de Araújo, Judith Froes Martins.

Parques Temáticos

Nos parques temáticos Wet'n Wild, em Salvador e no Rio de Janeiro, a atual diretoria da Funcef entrou com ação contra os sócios do primeiro e decidiu fechar o segundo pelos recorrentes prejuízos. No Rio de Janeiro a Funcef possui o terreno e os equipamentos, que estão sendo vendidos para diminuir o prejuízo. Mas o valor recuperado será mínimo diante do investimento. Foram R\$ 63,6 milhões em despesas com o empreendimento desde 1996, data da aquisição. A venda dos equipamentos deve recuperar pouco mais de R\$ 4 milhões.

Na unidade de Salvador, fechada desde 2000, a Funcef chegou a aportar recursos mesmo quando o terreno estava hipotecado. Pelos cálculos da fundação, foram destinados R\$ 13,8 milhões ao parque aquático de Salvador, desde 1995. Hoje, a fundação tem ações na Justiça para ter acesso ao terreno e aos equipamentos. O espaço é usado para a realização de shows, mas a Funcef não é sequer informada. Ações judiciais também foram impetradas para impedir a realização de eventos no local, visando evitar maiores prejuízos.

Ações

"Tudo foi mal administrado. Eu diria até que houve má fé. Eu só não diria isso com certeza na questão dos investimentos em ações, que preci-

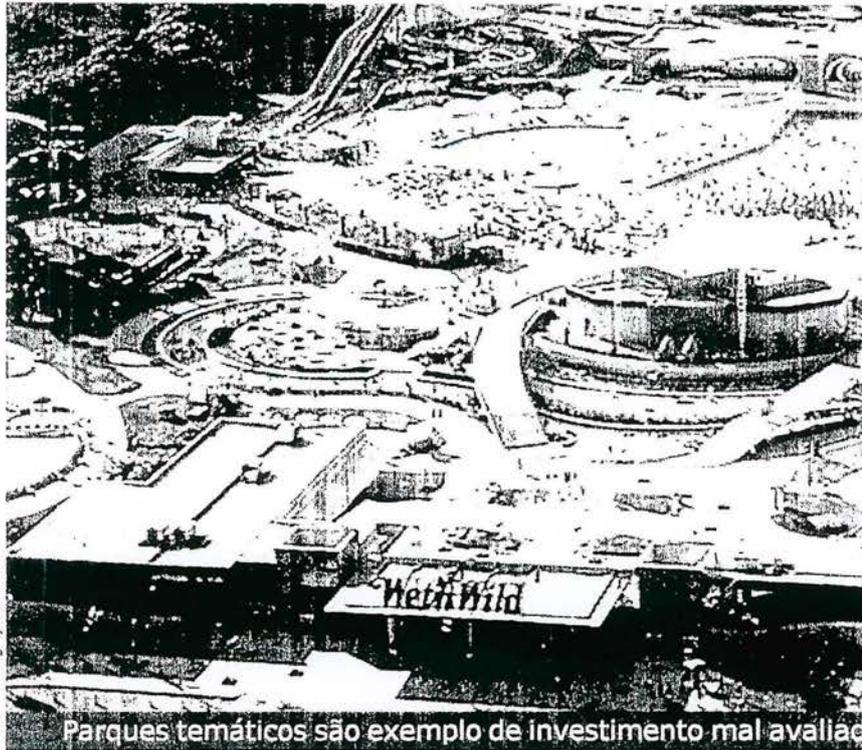


Foto: divulgação Funcef

Parques temáticos são exemplo de investimento mal avaliados

sam ainda de uma investigação mais apurada", acusa Lucimara. Apesar de não poder acusar com certeza, a advogada observa que, de 137 operações realizadas na Ibovespa em 1999, 134 deram prejuízo.

Na época em que foram realizadas, as operações de contratos de futuro de índice de Ibovespa não tinham controle por parte da Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F), o que facilitava negociações. Hoje, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) tem a responsabilidade de fiscalizar os mercados futuros e fixou regras de conduta e segurança para este tipo de negócio.

Relatório elaborado em 2003 por um auditor da Caixa, a pedi-

do do Departamento da Polícia Federal, aponta prejuízo de cerca de R\$ 1 bilhão nos investimentos realizados na década de 1990, principalmente entre 1996 e 1999. De acordo com o relatório, os investimentos não teriam sido feitos com o intuito de garantir segurança e rentabilidade.

O que houve foi uma "gestão temerária da carteira de investimentos da fundação, que resultou em enorme prejuízo aos seus membros e, conseqüentemente, ao patrimônio dos participantes", diz o relatório. O investimento nas ações Prometal - PN e Limasa - PN permaneceram na carteira da fundação até a falência das empresas, que gerou um prejuízo de cerca de R\$ 1 bilhão. Ações da Gazeta Mercantil - PN e Staroup - PN causaram prejuízo de R\$ 14,063 bilhões.

Em 1996, a Funcef utilizou corretoras, com participações criadas na carteira. Nos anos seguintes, no entanto, houve uma redução significativa no número de corretoras, chegando a apenas uma em 1998: a Brascan Futuro, que foi alvo de investigação da CVM em suas operações de negociação na Ibovespa naquele ano.



Preposto da Funcef atua no hotel Blue Tree de Angra dos Reis

Fenae Agora

Fls: 0760
3584
Doc:

maio a ju

Auditoria

O resultado da má administração na Funcef é que praticamente todos os diretores que passaram pela fundação, na segunda metade da década de 90, hoje respondem a processos por denúncias de fraudes e corrupção, por terem sido acusados de aplicar recursos no mercado financeiro sem as devidas precauções e desconsiderando pareceres que alertavam sobre negócios que viriam a ser feitos no mercado imobiliário. Desde 2001, a possibilidade da má administração chegar ao extremo dos prejuízos diminuiu, porque a legislação se tornou mais rigorosa para os fundos de pensão e melhorou a estrutura de governança, com a eleição de conselheiros para os conselhos deliberativo e fiscal.

A investigação que está sendo realizada pelo Ministério Público foi instigada pela própria Funcef, que enviou um ofício para o MP para que fossem investigadas as participações nos hotéis Renaissance e Blue Tree, no Wet'n Wild, na Cataguazes Energia, em fundos imobiliários e na Teletrust, investimentos em ações, além dos negócios nos shoppings Cuiabá (atual Pantanal Shopping), River e Plaza Paulista. Os investi-



Conselheiros eleitos no Conselho Deliberativo da Funcef

mentos em shoppings entre 1988 e 1994 somam R\$ 72,2 milhões.

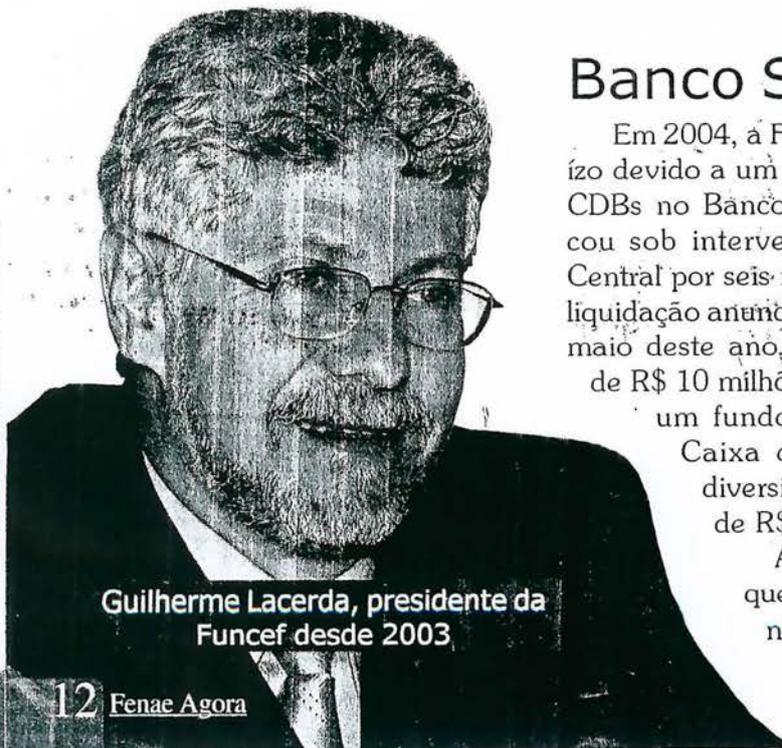
“O Ministério Público havia tentado realizar investigações antes, mas disseram que pediam os documentos para analisar e a Funcef argumentava não ter encontrado. A legislação não nos obriga a ceder tudo para uma auditoria, mas estamos colaborando porque queremos passar esta história a limpo”, afirma Lucimara.

Para realizar a investigação, quatro auditores da Caixa - a pedido do MP - estão trabalhando diretamente na Funcef, onde há uma sala com a infra-estrutura necessária e auxílio de dois funcionários da fundação. Os auditores têm acesso à documentação passada e aos sistemas de acompanhamento financeiro.

Em março deste ano, com o objetivo de não deixar nenhum negócio sem ser analisado, o Conselho

Deliberativo da Funcef precisa fazer um levantamento das ações que ainda não sofreram auditoria, para que isso seja uma iniciativa da própria fundação. “É uma situação onde a incompetência é pouco porque se criou com as operações deste período, que hoje geram prejuízos para as fundações”, afirma Lucimara, presidente da Fenae e conselheira do CD, José Carlos Alonso.

A representação dos fundos nos conselhos da Funcef se mostrou mais um indicador de acompanhamento das atividades da diretoria da fundação. Os atuais conselheiros eleitos são o presidente da Fenae, o gerente nacional de Ambiente Corporativa, Antônio Bráulio de Carvalho, presidente do Sindicato dos Advogados do Piauí, Francisca Araújo Silva. (FA)



Guilherme Lacerda, presidente da Funcef desde 2003

Banco Santos

Em 2004, a Funcef teve prejuízo devido a um investimento em CDBs no Banco Santos, que ficou sob intervenção do Banco Central por seis meses e teve sua liquidação anunciada em cinco de maio deste ano. O investimento de R\$ 10 milhões fazia parte de um fundo terceirizado na Caixa com aplicações diversificadas, de cerca de R\$ 1 bilhão.

A Funcef explica que não comprou e não emitiu ordem

direta para a aquisição restringindo-se a emitir limite de crédito de 41 investimentos aos seus gestores, que atuavam baseados em ratings e outras informações apresentados por agências classificadoras de risco.

“É uma perversidade neste ponto junto com a Caixa. Não tem padrão de controle porque era um fundo gerenciado por gestor externo. A Funcef tinha menor valor aplicado na Caixa Lacerda, lembrando que a fundação já adotou a recuperação dos recursos

PROS nº 03/2005
CPMI - CORREIOS
Fls: 0761
Doc: 3584

OF FENACEF 18/2005 - Belo Horizonte, 04 de abril de 2005.

Excelentíssimos Senhores

Doutor Guilherme Lacerda

Diretor Presidente da FUNCEF

Doutor João Aldenir Dorneles

Presidente do Conselho Deliberativo da FUNCEF

Brasília/DF

Prezados Senhores:

1. O jornal "ESTADO DE MINAS" - o mais lido diariamente pela população mineira - publicou em data de ontem, às páginas 6 e 7, as seguintes manchetes:

"-Página 6

FUNCEF

Devassa Caixa Econômica Federal e do Ministério Público na instituição aponta prejuízo de R\$ 1,2 Bilhão em operações irregulares com imóveis e perda de R\$ 1 Bilhão com ações na Bovespa.

-Fraudes bilionárias no fundo de pensão da Caixa.

-Prejuízo grande com operações nas bolsas.

-Página 7

FUNCEF

Com participação do fundo, parques aquáticos Wet'n Wild em Salvador e no Rio geram perda.

-Projetos fracassados.

-Sociedade ruim no Rio."

2. A nosso ver, tal matéria exige resposta imediata da FUNCEF, tendo em vista seus inúmeros participantes em todo Brasil, principalmente os Aposentados e Pensionistas.

Aguardando um pronunciamento de Vossas Exas, enviamo-lhes as nossas saudações economiárias.


Décio de Carvalho
Presidente

RDS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0762
Doc: _____